IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS ESCOLAS-PILOTO CATARINENSES

Juliana Nespolo Heinrichs
Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc
julinespolo2018@gmail.com

Camila Regina Rostirola
Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc
camila.rostirola@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica e, ao longo dos anos, tem vivenciado mudanças e disputas, marcadamente, no tocante às suas finalidades. Impera, nessa etapa, uma dualidade histórica entre uma formação direcionada para a continuação dos estudos e para a preparação para o mundo do trabalho. De acordo com Kuenzer (2001, p.10), esta dualidade não é apenas pedagógica, “mas política, determinada pelas mudanças nas bases materiais de produção, a partir do que se define a cada época, uma relação peculiar entre trabalho e educação.”

Na contemporaneidade, uma das mudanças significativas vivenciadas nessa etapa é a Reforma do Ensino Médio, via Lei nº 13.415 de 2017 (BRASIL, 2017). A Reforma foi aprovada via Medida Provisória (MP Nº746 de 22 setembro de 2016), momentaneamente, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, seguido da ascensão de Michel Temer à Presidência da República. Os motivos que justificaram a necessidade da Reforma, estão alicerçados nos baixos resultados dos indicadores educacionais e na necessidade de rever os currículos, pois o currículo do Ensino Médio era visto como extenso e fragmentado.

Dentre as principais mudanças que a Reforma estabeleceu foi em relação à carga horária obrigatória, que passa de 800 para 1000 horas anuais. Além disso, propôs a flexibilização curricular via oferta de Itinerários Formativos, assim como a possibilidade de realização de parcerias público-privadas para a formação técnica e profissional e para a oferta de cursos à distância (SILVA, 2017).

A legislação estipulou como prazo o ano de 2022 para iniciar a implantação do Novo Ensino Médio (NEM) em todas as escolas de Ensino Médio brasileiras. Entretanto,

ainda no ano de 2020, o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação (SED/SC), realizou a implementação do NEM nas turmas do 1º ano, em 120 unidades escolares denominadas escolas-piloto¹.

Para Silva, Martini e Possamai (2021), o NEM tem gerado impactos nas unidades escolares e esses, por sua vez, acabam exigindo um (re) direcionamento na organização da escola como um todo. Nessa via, o presente estudo tem por objetivo analisar os desafios enfrentados pelas escolas-piloto catarinenses na implementação do NEM. Como procedimentos metodológicos recorreremos à pesquisa bibliográfica e documental e como instrumento de coleta de dados utilizamos um questionário. O mesmo foi encaminhado de forma on-line para os gestores das 120 escolas-piloto, foram obtidas 86 respostas. Para o tratamento dos dados utilizamos a técnica de análise de conteúdo, nos termos aludidos por Bardin (2016).

DESENVOLVIMENTO

Nessa subseção faremos a apresentação dos dados obtidos a partir da aplicação dos questionários. As respostas foram agrupadas em três categorias, quais sejam: infraestrutura, (re)organização e adequação dos espaços, currículo e jornada ampliada.

A categoria infraestrutura, (re)organização e adequação dos espaços demonstra uma dualidade em relação a estrutura física das escolas-piloto. Enquanto 62,8% das escolas conseguiram remanejar e reorganizar seus espaços para receber investimentos e laboratórios, a exemplo de “pintura e reforma de todas as salas e ambientes da escola, instalação do laboratório *maker* e informática” (GESTOR 18). Outras tantas, quer sejam 37,2%, não foram agraciadas com reformas e melhorias. Para o gestor 51 existe “falta de estrutura física [...] de infraestrutura básica nas escolas [...]”, o que pode influenciar na qualidade dessa etapa da educação básica e aumentar ainda mais as desigualdades educacionais.

A segunda categoria foi denominada de currículo do Novo Ensino Médio, sendo mencionada pelos entrevistados 66 vezes. As respostas também divergem entre si, pois para alguns gestores a redução da carga horária da Formação Geral Básica impacta na

¹ As escolas-piloto são unidades escolares que optaram em aderir ao Novo Ensino Médio e que atendiam às exigências definidas pela Resolução nº 21, de 14 de novembro de 2018 e da Portaria 649/2018. As demais escolas de Ensino Médio tiveram até 2022 para se adequarem a tais mudanças.

aprendizagem dos alunos, uma vez que existe uma “[...] sobrecarga de componentes curriculares em detrimento da redução do número de aulas da base comum [...] (GESTOR 60). Contudo, para outros respondentes, a exemplo do gestor 16, o NEM trouxe avanços na aprendizagem dos alunos, pois oportunizou novas possibilidades de aprendizagem e o protagonismo dos jovens.

A categoria jornada ampliada evidencia os desafios enfrentados pelas escolas em relação a permanência dos alunos em tempo integral, a mesma foi citada 90 vezes pelos gestores. Tal resistência se assenta na necessidade de os jovens trabalharem, pois muitos auxiliam os familiares nas suas propriedades e outros já possuem idade para ingressar no mercado de trabalho. Esta realidade se evidencia na fala do gestor 50, quando pontua o desafio de dialogar com “[...] algumas famílias que acreditam que a grade estendida não é entendida como importante, pois os mesmos necessitam trabalhar [...]”. Os resultados, ainda, apontam que a jornada ampliada contribuiu para mudança de turno e/ou escola

CONCLUSÃO

À guisa de considerações foi possível perceber que as opiniões não são unânimes entre os gestores das escolas-piloto, dado que alguns afirmam não enfrentar desafios com a chegada do NEM, visto que já trabalhavam com tempo ampliado ou com ações de flexibilização curricular. Enquanto outros destacam desafios em relação a infraestrutura e organização dos espaços escolares, currículo e permanência dos alunos na escola.

As respostas também evidenciam um posicionamento díspar em relação as condições materiais e de infraestrutura recebidas, haja vista que nem todas as escolas receberam o mesmo olhar por parte do Estado o que pode aumentar as desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html> . Acesso em: 15 dez. 2023.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso**. Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, 2017.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00293.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Autoritária e regressiva reforma: o Novo Ensino Médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 34, p. 7-12, jan./abr. 2022. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>>. Acesso em 27 dez. 2023.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissionalizante**: as políticas do estado neoliberal. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção questões da nossa época; v. 63.

MARTINI, Tatiane Aparecida. SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da. **Implementação da contrarreforma do ensino médio (Lei nº 13.415/17) em Santa Catarina**: formação continuada como estratégia de privatização e convencimento docente. *Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, v. 11, n. 2, 2022.

SILVA, Monica Ribeiro da. **O Ensino Médio reformado**: perguntas e respostas, tensões e proposições. In: FEIJÒ, G. V.; SILVA, T. F. (Org.). *Ensino e pesquisa em História e Humanidades nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas*. Brasília: Editora do IFB, 2017.

NETO, Joaquim José Soares; JESUS, Girlene Ribeiro de; KARINO, Camila Akemi. ANDRADE, Dalton Francisco de. **Uma escala para medir a infraestrutura escolar**. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2024.